

Os territórios “não governados” na agenda de segurança dos Estados Unidos. Afirmação da ordem mundial estadocêntrica?

Luis Fernando Ayerbe

The references to “ungoverned areas” where the low presence of the State challenges the security of U.S., has generated a rich intellectual debate. In this paper, we analyzed studies produced by sectors close to the formulation of U.S. foreign policy, compared with researches coming from the intellectual and academic field of international relations. Parallel to the differences of the various analyzes, the centrality assumed by the state, both on the security problems identified as in the prescribed solutions, appears as a prominent aspect.

Soberania estatal limitada

A projeção do poder dos Estados Unidos como consequência do fim da Guerra Fria trouxe para o centro do debate intelectual em setores próximos à formulação da política externa do país uma revalorização da Teoria da Modernização, colocando a promoção da democracia representativa, da liberdade de mercado e do império da lei como princípios orientadores da construção de um mundo resguardado dos conflitos sistêmicos que marcaram o século XX. (Ayerbe, 2003).

No entanto, o otimismo estratégico que norteia esse tipo de abordagem não desconhece a existência de fontes de instabilidade que redirecionam as prioridades do envolvimento internacional estadunidense. Nos países com dificuldades para superar o atraso econômico, que concentram a maioria da população mundial, a experiência de insucesso na inserção global é percebida como fator gerador de crises de governabilidade capazes de conduzir ao enfraquecimento ou colapso do poder es-

tatal, com impactos na segurança que extrapolam seus espaços nacionais. O 11 de setembro de 2001 elevará o estado de alerta com os chamados Estados fracos e falidos, crescentemente associados às principais fontes de apoio logístico e de recrutamento de redes terroristas e do crime organizado.

De acordo com Stephen Krasner, Diretor de Planejamento Político do Departamento de Estado na gestão de Condoleezza Rice, dados os desafios colocados pelos Estados falidos e colapsados, já não se aplicam adequadamente as concepções tradicionais de soberania baseadas no mútuo reconhecimento entre Estados independentes e autônomos, com capacidade e legitimidade para exercer a autoridade no âmbito doméstico e internacional. A alternativa seria uma soberania compartilhada com “o envolvimento de atores externos em algumas das estruturas de autoridade

Luis Fernando Ayerbe é o coordenador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI/UNESP) e membro do Conselho Editorial desta Revista.

nacional do Estado alvo por um período de tempo indefinido” (Krasner, 2009, p. 247). Essa abordagem é vista pelo autor como parte da grande estratégia que norteia a Doutrina Bush, combatendo os fatores estruturais de uma ameaça à segurança estadunidense que considera existencial: “a falta de liberdade e democracia no Oriente Médio, uma falha que criou frustração política e foi galvanizada por líderes usando uma ideologia radical islâmica que justificou os ataques terroristas contra o Ocidente”. (Krasner, op. cit. p. 9).

Promover a governança, a legitimidade democrática e a autossustentabilidade das instituições em nações falidas torna-se um dos grandes eixos da política internacional estadunidense. Na América Latina, reconhecidamente periférica à Guerra Global contra o Terrorismo, o enfraquecimento da capacidade de exercício da soberania por parte de alguns Estados está associado ao crime organizado transnacional, marcadamente o narcotráfico, que no caso colombiano envolve a presença de grupos insurgentes como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Em resposta, a partir da administração Clinton vem sendo formulados programas direcionados a combater as vulnerabilidades estatais para enfrentarem esse problema.

O Plano Colômbia, lançado pelo presidente Pastrana em 2000, contando com suporte financeiro dos Estados Unidos, contemplou quatro frentes principais: 1) o apoio ao sistema judiciário e às organizações não governamentais para o combate à corrupção, lavagem de dinheiro, sequestros e desrespeito aos direitos humanos; 2) o apoio à expansão das operações antinarcóticos na forma de treinamento e equipamento das Forças Armadas; 3) o apoio à substituição da agricultura associada à indústria de narcóticos, estimulando atividades vinculadas à economia formal; 4) o incremento da capacidade de interdição

por meio da modernização do sistema de comunicações dos militares e dos serviços de inteligência, acompanhada do aparelhamento das forças policiais.

Na mesma concepção, mas com abrangência regional, a Iniciativa Andina antidrogas proposta em 2001 por George W. Bush na Cúpula das Américas em Quebec destinou-se principalmente à erradicação de cultivos, interdição de drogas, promoção de formas de desenvolvimento agrícola alternativo, capacitação das forças de segurança, governança local e assistência aos grupos mais vulneráveis.

Em 2008, buscando atingir o crime organizado numa região pela qual circulam 90% da cocaína que ingressa nos Estados Unidos e 90% das armas contrabandeadas para o México, Bush apresenta a Iniciativa Mérida, uma parceria com o governo mexicano para o combate ao tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, crimes transnacionais e controle fronteiriço, por meio do aparelhamento, capacitação e apoio de inteligência às forças policiais e militares. Barack Obama amplia esses programas, criando, a partir de 2009, as iniciativas para a América Central e para a Bacia do Caribe.

Se bem se verifica uma continuidade nas características dos programas de Obama na região, eles se inserem numa perspectiva estratégica diferenciada com relação ao seu antecessor. Tendo sido eleito num contexto fortemente condicionado pela crise financeira desatada em 2008 e pelos problemas enfrentados no Iraque e no Afeganistão, tanto em termos militares como de credibilidade política doméstica e internacional, a Estratégia de Segurança Nacional de 2010 aponta para um redimensionamento da projeção do poder estadunidense, em que o crescimento econômico e a redução do déficit público se incorporam ao quadro de desafios da renovação da liderança do país,

com reflexos na contenção de gastos que atingem também a política externa. (Ayerbe, 2010).

Como parte dessa abordagem, a Orientação da Estratégia de Defesa apresentada pelo Pentágono em janeiro de 2012 busca responder a desafios “que requerem forças militares fortes, ágeis e capazes” (U.S. DoD, 2012, p. 8). Fazendo menção ao aprendizado das guerras no Afeganistão e no Iraque, o documento estabelece que “as forças dos EUA deixarão de ser dimensionadas para conduzir operações de estabilidade prolongada em larga escala” (U.S. DoD, 2012, p. 6).

O novo enfoque pauta-se pela preocupação com o “monitoramento das atividades de ameaças não estatais ao redor do mundo, trabalhando com aliados e parceiros para estabelecer o controle sobre territórios não governados, e atacando diretamente os grupos e indivíduos mais perigosos quando necessário” (U.S. DoD, 2012, p. 1). Como parte dessa orientação, cobram destaque as atividades de inteligência, vigilância e combate conduzidas através de Forças Especiais e veículos aéreos não tripulados (Drones). (Reis e Dias Vicente, 2012).

A referência no documento aos “territórios não governados” vai ao encontro de uma preocupação que ganha espaço na agenda de segurança, ampliando o significado e a abrangência da falência de Estados em termos do favorecimento da atuação do crime organizado, do terrorismo e de movimentos sociais e políticos antagonistas com a política externa estadunidense. Como resposta, busca-se promover uma reterritorialização centrada no fortalecimento da capacidade operativa e de controle estatal sobre os espaços nacionais, numa abordagem similar à que vem sendo adotada nos programas para a América Latina e Caribe antes mencionados.

Na Tabela 1 apresentamos algumas definições presentes em estudos preparados para assessorar o governo dos Estados Unidos no âmbito da Rand Corporation (Rabasa, 2007), do Departamento da Defesa (Lamb, 2008), do U.S. Army War College (Williams, 2008), e da National Defense University (Cronin, 2009), em que combinamos três temas que nos parecem convergentes na identificação das ameaças associadas ao déficit de governança: 1) a complementariedade entre áreas não governadas e Estados falidos; 2) a incorporação à agenda oficial do novo medievalismo, perspectiva adotada em estudos de relações internacionais para caracterizar a crescente multiplicidade de atores que concorrem com os Estados no exercício da soberania territorial; 3) os santuários terroristas, fonte de suporte de *atores ilícitos*, conforme a definição de Robert Lamb: “um grupo não estatal ou indivíduo que utiliza ou incita a violência armada (ou que auxilia aqueles que usam ou incitam a violência armada) para obter ganhos políticos ou privados de maneira que ameacem os Estados Unidos, seus aliados, ou seus parceiros”. (2008).

Além de chamar a atenção do governo dos Estados Unidos com relação a novas ameaças aos interesses nacionais associados à segurança, os estudos apresentados compartilham o mesmo diagnóstico: frente aos problemas que afetam a capacidade estatal para tornar efetivo o império da lei, seja como resultado da aceleração do processo de globalização e a concomitante proliferação de atores privados (lícitos e ilícitos), ou de falências acentuadas por déficits de governabilidade de origem interno, a resposta passa pela revalorização do Estado, direcionando os programas de assistência internacional para uma agenda que privilegia seu empoderamento como ator central do estabelecimento e manutenção da ordem.

Tabela 1
Governabilidade e soberania estatal limitada

Estado Falido, Santuário Terrorista e Novo Medievalismo	Territórios não governados
Indicadores de Estado falido a) colapso da autoridade do governo central, especialmente fora da capital, manifestando-se em um colapso na prestação dos serviços públicos, a eficácia do sistema de justiça criminal e a aplicação da lei e da ordem; b) colapso macroeconômico com desemprego de dois dígitos, altas taxas de inflação, uma deterioração do valor da moeda e da sua conversibilidade, e uma queda no produto interno bruto; c) conflitos civis e abusos generalizados dos direitos humanos; d) movimentos massivos da população em campos de refugiados ou deslocados internos para escapar do conflito civil; e) aumento das taxas de morbidade e mortalidade por desnutrição e doenças, assim como o colapso da segurança alimentar e do acesso à água, e doenças transmissíveis que se espalham entre a população em geral. (1) Santuário terrorista Um lugar ou situação que permite que os atores ilícitos operem com impunidade ou evitem sua detecção ou captura, incluindo áreas sem governo, subgovernadas, mal governadas, ou fisicamente sob litígio (remotas, urbanas, marítimas) ou áreas exploráveis não físicas (virtuais) onde os atores ilícitos podem organizar, planejar, angariar fundos, comunicar, recrutar, treinar e operar em relativa segurança. Os Santuários Terroristas são áreas geográficas, infraestruturas e instalações onde os terroristas podem realizar treinamento e doutrinação; desenvolver redes que possam posteriormente servir como uma fonte de apoio operacional, financeiro, e outros, e de planejamento e lançamento de operações. Eles também podem incluir elos cibernéticos, financeiros e de propaganda que permitem que os terroristas promovam sua causa. (2) Novo medievalismo O Estado é apenas um dos muitos atores, e as forças da desordem avultam. As políticas globais são agora caracterizadas pela autoridade política fragmentada, sobreposição de jurisdições, com zonas proibidas e de identidade política e direitos de propriedade sob contestação. (3)	Definição: Um lugar onde o Estado ou o governo central não podem estender o controle, governar efetivamente, ou influenciar a população local, e onde os governos provincial, local, tribal, ou autônomo não governam total ou efetivamente, devido à capacidade de governança inadequada, à vontade política insuficiente, às lacunas na legitimidade, à presença de conflitos, ou normas restritivas de comportamento. (4) Tipologia Governança Contestada. Chechênia, Mindanao e Colômbia são proeminentes exemplos de regiões em que forças locais, disputando ativamente o controle do governo, procuram criar a sua própria entidade estatal, quer para realizar as suas aspirações de independência e autogoverno ou lucrar com atividades ilegais, sem a interferência das autoridades estaduais. Governança incompleta. Por uma série de razões, os governos na região da fronteira Afeganistão-Paquistão, partes do Cáucaso do Norte, o Sulawesi Central, e ao longo da fronteira mexicano-guatemalteca não podem manter uma presença competente e qualificada mais forte do que a competição exercida por outros centros de poder. Eles não têm os recursos e a competência para projetar o controle efetivo para a região. As autoridades locais, quando existem, são ineptas ou são cooptadas por organizações criminosas. Abdicou da Governança. Em vez de produzir bens públicos, tais como segurança, ordem, infraestrutura e serviços, o governo central abdica das suas responsabilidades para as províncias e regiões marginais, pois acredita que nada de rentável pode ser feito ou porque predominam minorias étnicas com as quais compartilha pouca afinidade. Em alguns casos, como a Arábia Saudita, o governo central cede a segurança das fronteiras para as tribos locais. O Cáucaso do Norte também ilustra este tipo de governança abdicada e a natureza dos espaços sem governo que dela resultam, especialmente quando os serviços de segurança conspiram junto com grupos armados ilegais na região. (5)

Fontes: (1) e (4) Cronin, 2009. (2) Lamb, 2008. (3) Williams, 2008. (5) Rabasa, 2007.

Governança sem Estado e segurança internacional

O tema das “áreas não governadas” como desafio à segurança também tem recebido atenção fora do círculo de interlocução direta com a política externa estadunidense, gerando um rico debate intelectual so-

bre a centralidade do Estado como agente da governabilidade territorial.

No campo dos críticos das abordagens que orientam os Departamentos do Estado e da Defesa, aponta-se para o predomínio de visões preconcebidas e de baixa comprovação empírica, ao mesmo tempo em que se alerta para o reducionismo

etnocêntrico que estaria afetando a percepção das fontes de ameaça, resultando no comprometimento da eficácia das intervenções em áreas de conflito e de crise humanitária.

Uma ideia-força associada a noções preconcebidas é a inclusão no primeiro plano da periculosidade os chamados Estados frágeis e falidos. Stewart Patrick questiona essa visão, destacando a falta de análise empírica dos diagnósticos elaborados pelos formuladores da política externa dos Estados Unidos. Buscando sanar essa lacuna, faz um exaustivo estudo sobre os vínculos entre falência estatal e cinco das principais ameaças à segurança mundial: o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição em massa, o crime transnacional, a insegurança energética e as doenças infecciosas. Tomando como fontes principais o Índice de Estados Falidos elaborado pela revista *Foreign Policy* em conjunto com o *Fund for Peace*, e o Índice de Fraqueza Estatal no Mundo em Desenvolvimento da Brookings Institution, no qual compartilha a autoria com Susan Rice, atual Representante dos Estados Unidos na ONU, chega à conclusão de que o maior risco representado por esses Estados envolve os seus cidadãos e os países vizinhos, com reduzido impacto no resto do mundo.

Se bem reconhece a existência de vínculos com a produção de narcóticos, a pirataria marítima, o tráfico ilegal de armas e algumas doenças infecciosas, o peso desses Estados é marginal, dado que “terroristas transnacionais, proliferadores e criminosos igualmente necessitam do acesso a modernas comunicações, transporte e infraestrutura financeira, muitas vezes fora do alcance dos países mais fracos do mundo (e frequentemente os mais pobres)”. (Patrick, p. 243).

Do ponto de vista do terrorismo transnacional, Patrick considera que “Estados

frágeis mas em funcionamento” como Paquistão ou Quênia são mais atrativos. Na proliferação de armas de destruição em massa, apenas o Paquistão e a Coreia do Norte representam um risco concreto, citando o Irã, a Rússia e a Síria como casos a serem monitorados. A lista dos maiores focos do crime transnacional envolve o México, a Colômbia e a África do Sul. Os maiores produtores mundiais de energia não são Estados fracos, ao contrário, entre os exemplos destacam-se a Arábia Saudita, o Irã, a Rússia e a Venezuela. Em termos de doenças infecciosas com maior impacto global, as mais recentes epidemias vinculadas à SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), AIDS e gripe aviária têm se espalhado a partir de países que não entram na categoria de Estados frágeis e falidos, como a China, a Indonésia e a África do Sul.

No campo dos críticos do reducionismo etnocêntrico, a noção de espaços não governados pressupõe uma visão pautada na perspectiva da modernização associada à trajetória histórica da Europa Ocidental, em que os déficits de presença do Estado passam a ser percebidos como ausência de ordem. Conforme apontam os estudos reunidos em Clunna e Trinkunas (2010), não se trataria de territórios sem governo, mas da existência de formas de autoridade e de estruturas de governança alternativas que, em determinados contextos, coexistem com os Estados ou lhe disputam a soberania. Essa situação pode responder a diversas causalidades, seja como decorrência de políticas neoliberais dirigidas a promover a desregulamentação em favor do mercado, gerando a convivência com economias ilícitas e informais; situações de cessão voluntária ou involuntária do controle territorial por parte do Estado, ou sua irrelevância como realidade histórica permanente em países com forte presença tribal (exemplo de Pa-

quistão e Afeganistão). Nessas situações, outras organizações tendem a suprir os bens e serviços que a autoridade estatal não consegue proporcionar.

Para Clunna e Trinkunas, caracterizar a origem da ausência do Estado e das formas alternativas de autoridade, assim como evitar pré-noções de boa governança e soberania baseadas na experiência do Welfare State ocidental, torna-se essencial na hora da definição de políticas de assistência, incorporando a realidade inevitável da transnacionalização, da emergência de novos atores, e separando o *ilícito* que desafia a segurança (santuários terroristas, tráfico de armas, drogas, entre outras), do *informal* que contribui para a gestão pacífica do território e suas populações (a exemplo de organizações políticas e religiosas locais que prestam serviços onde os Estados estão ausentes).

Na mesma perspectiva, Thomas Risse (2011) considera que a associação entre capacidade limitada do Estado e ausência de governança pauta uma visão westfaliana de soberania que conduz a políticas ineficazes de intervenção nos chamados Estados Falidos. Quando atores externos introduzem, de cima para baixo, o pacote da modernização fundado em instituições, Estado de direito e sociedade civil, acabam solapando as estruturas anteriores de governança local, sem conseguir estabelecer um ordenamento alternativo capaz de funcionar sem ocupação militar.

De acordo com Risse, condições de limitada presença do Estado como provedor de serviços básicos de segurança, amparo legal, educação, saúde e saneamento, atingem boa parte dos países, seja na totalidade do seu território ou em determinadas áreas, destacando os casos do Brasil, México, Somália, Sudão, Paquistão e mesmo os Estados Unidos, exemplificado no caos que se instalou em Nova Orleans após o furacão Katrina.

Nessa perspectiva, mais do que vazio de poder ou anomalia histórica, formas de governança sem Estado constituem a realidade permanente de parte considerável dos países do mundo, situação que alguns analistas, como Parag Khanna, associam com um novo medievalismo:

“Na Idade Média, impérios, cidades, corporações, igrejas, hordas tribais e mercenários se sobrepunham – todos competindo para governar territórios, controlar recursos, conquistar comércio e investimento, e obter apoio popular. A mesma coisa se desenrola novamente. Ao conferir poder e autoridade às redes terroristas transnacionais, ao crime organizado e aos traficantes de drogas, a globalização tornou alguns países fracos ainda mais fracos, enquanto empresas multinacionais e ONGs cresceram em poder e estatura”. (Khanna, 2011, p. 23).

Para Khanna, esse multicentrismo coincide com a perda de capacidades de ordenamento político e militar por parte dos Estados Unidos e das organizações multilaterais funcionais a um mundo de fronteiras pós-coloniais crescentemente irrelevantes, evocando as virtudes da “megadiplomacia minilateral” levada adiante por coalizões menos formais de atores diversos, sejam “ministros, empresas, Igrejas, fundações, universidades, ativistas e outros indivíduos obstinados e empreendedores, que cooperam entre si para alcançar objetivos específicos”. (p. 32). Seriam esses os sujeitos da superação dos impasses da diplomacia tradicional e da projeção de um novo Renascimento.

Diferentemente de Clunna-Trinkunas, Risse e Khanna, que relevam os limites da capacidade dos Estados para promover a retomada de soberanias nas áreas de interesse dos setores que sustentam sua legitimidade e seu poder, Stuart Elden (2009)

toma como referência a “Guerra global contra o terrorismo” para mostrar a estreita relação entre combate ao terror e territorialização estatal na política externa estadunidense. Para ele, a Doutrina Bush pauta uma “geografia das ameaças” de fronteiras permeáveis e inimigos evasivos, aos quais se responde com a disseminação de bases militares e intervenções internacionais punitivas terrestres e aéreas.

Nesse último aspecto, Elden chama a atenção para os desafios associados à dimensão vertical do território, em que a agressão pelo ar torna-se mais difícil de prever, como demonstram os ataques do 11 de setembro de 2001. A resposta estadunidense, reforçada pela recente Orientação da Estratégia de Defesa, será o crescente investimento militar e de inteligência no controle aéreo, marcando uma concepção de uso mais focalizado da força. Essa tendência torna-se marcante nos primeiros três anos da administração Obama, em que o volume de operações utilizando *Drones* foi cinco vezes maior do que nos dois mandatos somados de George W. Bush. (Rhode, 2012).

A centralidade do Estado

Para além das visões contrastantes nas análises apresentadas, verifica-se a centralidade assumida pela dimensão estatal, tanto no lado dos problemas de segurança identificados como das soluções prescritas.

O poder emergente de diversos atores como resposta a situações de ausência ou recuo do poder estatal, seja por falência ou opção estratégica, é um elemento de con-

vergência. No lado dos autores associados à perspectiva da Governança sem Estado, as recomendações para que os Estados Unidos reconheçam como parte da normalidade em determinados países a existência de formas alternativas de autoridade nos parecem mais focadas na busca de eficiência nas intervenções pós-conflito do que no questionamento conceitual da centralidade do Estado. Rever reducionismos ocidentalizantes é uma aposta pragmática frente a determinadas realidades, mas não aponta para uma visão alternativa à ordem mundial estadocêntrica.

Frente ao *crack* financeiro deflagrado em 2008, as grandes empresas – parte relevante dos empreendedores do novo renascimento de Parag Khana – não hesitaram em identificar a instância de poder a ser invocada, levando os Estados a operarem como fiadores de última instância da estabilidade econômica mundial. A percepção desse autor sobre a retração estadunidense deixa em segundo plano o aspecto principal da postura da grande potência, conforme mostramos na primeira seção: o Estado reformula orientações, estruturas, programas e prioridades, incorporando a recuperação da economia como componente fundamental da renovação da liderança do país desenhada pela Doutrina de Segurança Nacional de 2010.

De fato, o processo de globalização contribui para projetar territorialidades e soberanias que expressam uma crescente diversidade de atores, interesses e estratégias. No entanto, fora das redes associadas a atividades que desafiam a legalidade, os Estados afirmam sua centralidade e protagonismo como agentes da governança internacional.

1º de maio de 2012.

Bibliografia

- Ayerbe, Luis Fernando (2003) "O Ocidente e o 'Resto'". *A América Latina e o Caribe na cultura do Império* (Buenos Aires: CLACSO).
- _____. (2010). "Da excepcionalidade unipolar às responsabilidades compartilhadas. Barack Obama e a liderança internacional dos Estados Unidos", em *Revista Política Externa* (São Paulo), vol. 19, nº 2, set.-out.
- Clunan, Anne e Trinkunas, Harold (Ed.) (2010) *Ungoverned Spaces. Alternatives to State Authority in an Era of Softened Sovereignty* (California: Stanford University Press).
- Cronin, Patrick (Ed.) (2009). *Global Strategic Assessment 2009 America's Security Role in a Changing World*, Institute for National Strategic Studies (Washington, D.C.: National Defense University Press)
- Elden, Stuart (2009). *Terror and Territory* (Minneapolis: University of Minnesota Press).
- Khanna, Parag (2011). *Como governar o mundo* (Rio de Janeiro: Editora Intrínseca).
- Krasner, Stephen (2009). *Power, the State, and Sovereignty* (Nova York: Routledge).
- Lamb, Robert D. (2008). "Ungoverned areas and the threats from safe havens" (Office of the Under Secretary of Defense for Policy). Disponível em: http://www.cissm.umd.edu/papers/files/ugash_report_final.pdf.
- Patrick, Stewart (2011). *Weak Links. Fragile States, Global Threats, and International Security* (Nova York: Oxford University Press).
- Rabasa, Angel, et. al. (2007). *Ungoverned Territories. Understanding and Reducing Terrorism Risks* (Santa Monica: Rand).
- Reis, Solange e Dias Vicente, Tainá (2012). "A Reformulação da Estratégia de Defesa no Contexto de Déficit Fiscal e Mudança nas Percepções de Ameaças", in *Panorama EUA*, vol. 2, nº 1, Fevereiro http://www.opecu.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Panorama_2012_Fev.pdf
- Risse, Thomas (Ed.) (2011). *Governance Without a State?* (Nova York: Columbia University Press).
- Rhode, David (2012). "The Obama Doctrine", em *Foreign Policy* (Washington D.C.), mar-abr.
- U.S. DoD (Department of Defense) (2012) "Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense", 03-Jan-2012 http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf
- Williams, Phil (2008). *From the New Middle Ages to a New Dark Age: the decline of the state and U.S. strategy* (Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Washington D.D.).